

1 ATA 09/09 – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

2Tendo por local o auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida João
3Pessoa, 325, manifesta-se a Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, MARIA LETICIA DE
4OLIVEIRA GARCIA, dizendo que, no uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis 8080/1990,
5de setembro de 1990, 8142/1990, de dezembro de 1990, Lei Complementar Municipal 277/92, de maio de
61992 e pelo nosso Regimento Interno, aprovado em junho de 2008, declaro aberta a sessão plenária de 23
7de abril de 2009, tendo a seguinte proposta de Pauta: 1)Abertura, 2)Faltas Justificadas, 3)Informes e
84)Pauta Principal: AVALIAÇÃO DA POLITICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR. Estavam presentes
9os seguintes conselheiros titulares: 1)NEI CARVALHO, 2)ANTONIO LOSADA, 3)JOÃO BATISTA
10FERREIRA, 4)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, 5)PAULO GOULART DOS SANTOS,
116)MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA, 7)ELEN MARIA DE BORBA, 8)HELOISA
12HELENA ROUSSELET DE ALENCAR, 9)JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 10)CARLOS
13PINHEIRO, 11)GILMAR CAMPOS, 12)LAUDENIR MACHADO DE FIGUEIREDO, 13)MARIA
14GENECI DA SILVEIRA, 14)TANIA LEDI DA LUZ RUCHINSQUE, 15)MASURQUETE DE
15AZEVEDO COIMBRA, 16)VERA TEREZINHA RAMOS LEONARDI, 17)MARIA REJANE
16SEIBEL, 18)JAMES MARTINS DA ROSA. Os conselheiros suplentes presentes eram: 1)OSCAR
17RISSIERI PANIZ, 2)SONIA REGINA CORADINI 3)ALBERTO MOURA TERRES, 4)ANA
18LUIZA TONIETTO LOVATO. Registraram suas ausências, Débora Raymundo Melecchi, Roger dos
19Santos Rosa, Alcides Pozzobon, Maria Ivone Dill, Jonas Mendonça, Maria Rita Lemos, Paula Guntzel,
20Ignez Maria Serpa Ramminger, Ana Cláudia de Paula e Walmir Labatut. No encaminhamento da Plenária
21a Coordenadora MARIA LETICIA abre para informes e convida a Professora MIRIAM ROSA para
22manifestar-se. Esta vem ao Conselho convidar a todos para o evento que se realizaram de 8 a 13 de
23junho próximo, no Salão de Atos da Universidade Federal do RS que tem como tema “Ciência e
24Espiritualidade na Universidade”. Seguindo os informes, a Coordenadora informa que no dia 25 de abril,
25com início 8:30 horas, teremos um Painel sobre os “20 anos do Orçamento Participativo”. Será na
26Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Também comunica a Coordenadora que nos dias
2727,28 e 29 de abril, mais nos dias 4, 6 e 7 de maio haverá uma Audiência Pública no Superior Tribunal
28de Justiça sobre a “Judicialização da Saúde”. Também comunica que no dia 30 de abril, das 11 horas as
2913 horas haverá um ato em favor dos “100% SUS, no Grupo GHC” em frente ao Hospital Conceição e
30para o qual estamos convidando a todos. Prosseguindo manifesta-se o Conselheiro ALBERTO TERRES,
31que comunica inicialmente que participou ontem na Assembléia Legislativa de um Seminário sobre o
32Crack. Estava presente a Promotora ANGELA ROTUNNO, o Secretário da Saúde OSMAR TERRA e
33mais outros convidados, onde o Governo do Estado colocou qual o projeto para convênio com
34municípios, para a criação não somente de leitos mas também dos CAPS. Preciso relatar que a Dra.
35ANGELA ROTUNNO questionou a ausência da representação do Gestor de Porto Alegre. Falando agora
36como municipal, fomos procurados na sexta-feira pela Enfermeira GIOVANA, que trabalha na Unidade
37de Saúde da Santa Rosa e que também é conselheira neste conselho, relatando-me um episódio ocorrido
38naquela Unidade de Saúde. Ela estava fazendo um atendimento referente ao Programa Pra Nenê, onde há
39um conflito entre a família, referente a uma disputa judicial de uma criança, que a avó foi levar à Unidade.
40A GIOVANA não quis atender a criança, em função da ausência da mãe. Solicitou que a avó chamasse a
41mãe, pois havia uma orientação do Coordenador de não dar nenhuma informação aos parentes, na
42ausência da mãe. A avó chamou a Brigada Militar, que através de um policial já chegou humilhando a
43GIOVANA, ameaçando-a inclusive com voz de prisão, pois estaria se negando a atender. Isto resultou em
44um Termo Circunstanciado. Ela ligou para a Secretaria Municipal de Saúde, com o Departamento
45Jurídico, falando com a RENATA. Esta lhe perguntou se o Termo Circunstanciado era contra a Secretaria
46ou contra ela, GIOVANA. A GIOVANA respondeu-lhe que era contra ela. Teria dito então a RENATA
47que ela deveria defender-se, sozinha. Ela então me ligou, apavorada. Como sou do Fórum Regional de
48Segurança, liguei para o Comandante da Brigada, da Região. O próprio Comandante disse que o soldado
49teve uma posição equivocada. E que se desconsiderasse este Termo Circunstanciado, pois eles iriam
50desconsiderá-lo por ser algo atípico. Então fica aqui a denúncia, que é um absurdo pois a servidora está

51no horário de trabalho Isto não pode ficar assim. A Brigada Militar teria ido à Coordenação se desculpar
52pelo ato do soldado. Outra denúncia que queremos registrar é o que já temos feito aqui outras vezes, ou
53seja, a forma como a Secretaria trata os servidores do município. Isto aconteceu comigo hoje. Sou
54trabalhador do Hospital Presidente Vargas, temos toda uma luta sindical. Aqui no Conselho e em vários
55Setores. Tem o meu chefe, pois trabalho no Laboratório, onde entrei com um processo de assédio moral
56contra ele, pois desrespeita todos os trabalhadores. Hoje fui chamado na Direção, onde fui colocado a
57disposição pois entrei com um processo contra o meu chefe. Ou seja, um segundo assédio moral. Tinha de
58me apresentar aqui na Secretaria, pois fui colocado a disposição. Obviamente que o Sindicato fará o
59movimento político e jurídico, pois não pode este tipo de coisa. É um direito do trabalhador de se
60manifestar. Fala a seguir o Conselheiro JOÃO BATISTA, que solicita ao Senhor JAMES MARTINS que
61lhe seja respondido sobre a verba aprovada em janeiro para a reforma do telhado do Centro de Saúde Vila
62dos Comerciários, pois estamos perto da estação chuvosa. O que está faltando? Porque está demorando
63tanto. E gostaria de saber também porque o Conselho Municipal de Entorpecentes não é convidado a
64participar deste conselho? Sobre a questão do Conselho de Entorpecentes lhe responde a MARIA
65LETICIA que estamos representados naquele Conselho e que a participação no Conselho de Saúde é
66aberta e os conselheiros do COMEN podem vir aqui e se manifestarem. Fala também o Senhor
67JAMES DA ROSA MARTINS, que respondendo ao Conselheiro JOÃO BATISTA, explicando ao
68mesmo que o processo licitatório foi aberto, possivelmente, no final do ano passado e que correndo tudo
69bem ele dura de 60 as 90 dias. Preciso verificar em que período está. Seguindo, fala a ELISIANE, que é
70conselheira do Conselho da Restinga, representando os trabalhadores. Sou Agente Comunitária de Saúde e
71temos algumas questões preocupantes. Por exemplo, nós estamos sem uniforme, para trabalhar e já
72vínhamos há bastante tempo solicitando o mesmo. A Secretaria da Administração diz que não tem como
73conseguir. A Sollus, embora não sendo nosso empregador, ficou de mandar fazer alguns bonés para nós.
74Não podemos ficar sem identificação. A Gerência ficou de fazer alguns crachás, que também ainda não
75foi feito. Nossa área é de risco. Uma colega quase foi presa porque onde ela trabalha é uma boca de
76fumo e quando ela estava saindo da casa a Brigada estava entrando e ia levá-la presa. Preocupa-me, pois
77o que a Secretaria ia fazer. Mandar ela se virar. Não temos identificação para trabalhar. Eu que comecei
78em outubro, não tenho nada de uniforme. As outras ainda têm. Quando tem campanha conseguiram com a
79Dengue camiseta. Eu iniciei em outubro e não consegui camiseta. Eu não tenho crachá, nada. Tudo o que
80temos é do nosso bolso. A bolsa para trabalhar. Inclusive a planilha para trabalhar, saiu do meu bolso.
81Outra coisa são condições para trabalhar. A Chácara do Banco está desde agosto de 2008 sem estufa para
82esterilizar material. Então a Equipe tem de sair e ir a outra Equipe, para esterilizar. A Quinta Unidade está
83com cadeiras quebradas. O DMLU não está cumprindo a sua tarefa que é de limpar o pátio e fazer a
84capina. Nós precisamos de protetor solar, pois andamos na rua. São 28 Agentes de Saúde na região que
85estão trabalhando sem identificação. Tem colegas que passam por situações constrangedoras por estarem
86sem identificação. Sem contar o PSF Castelo que é uma situação crítica. Estamos emprestados, no
87Macedônia, dependendo de salas. Antes nós tínhamos salas fixas. Agora não temos mais. Temos nos virar
88em 30 para atender a população. O prédio que irá nos abrigar provisoriamente ainda falta alarme,
89necessidade de recepção, não tem luz que comporte para o que nós necessitamos. Nós Agentes
90Comunitários da Castelo não temos como nos reunir com a Equipe. Somente em dia de reunião interna.
91Então, temos uma escala e cada dia é um agente que vai lá de manhã. É horrível de trabalhar assim. Se
92acontece alguma coisa em outra equipe, não ficamos sabendo. Somente na reunião interna. A nossa sala
93de reuniões é na Gerência, no Centro Administrativo Regional. É bem pequena. Com a inscrição, pelo
94DEM HAB, do Projeto Minha Casa, Minha Vida, nós não podemos fazer reunião naquela sala. Temos de
95pedir outra sala. A Psicóloga esteve lá na semana passada e viu as nossas necessidades. Não sei quando
96vão nos dar condições humanas de trabalhar. Manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR
97perguntando à ELISIANE se esta situação é exclusiva da Restinga ou se também acontece no restante da
98cidade, pois isto é muito grave. Este Programa não era assim. Como encaminhamento faço uma sugestão
99que a gente faça uma reunião no Conselho, fora do horário de serviço, com todos agentes comunitários de
100saúde da cidade para se conversar sobre as condições de trabalho. Prosseguindo manifesta-se a

101Conselheira MARIA REJANE, do Sindicato dos Enfermeiros que em relação as falas há também uma
102preocupação nossa, enquanto Sindicato, por acreditar no Controle Social, acreditar no SUS. Gostaria de
103encaminhar uma Moção de Apoio ao trabalhador e conselheiro ALBERTO TERRES, membro do
104CORES e do SIMPA, pela forma como esta Gestão o esta tratando. Nós do Sindicato dos Enfermeiros já
105passamos por isso, quando da troca da FAURGS pela Sollus. Solicitar também, junto ao representante do
106Gestor, para que o Secretário e a Assessoria Jurídica, até pela questão da colega Enfermeira GIOVANA,
107da forma como se está colocando junto os trabalhadores na cidade. Também temos muitas reclamações
108sobre as condições de trabalho. Isto é preocupante. Gostaria que fosse encaminhada reuniões com os
109Sindicatos. Que o Secretário recebesse os representantes das categorias para a gente discutisse estas
110relações de trabalho. O Sindicato dos Enfermeiros tem a relação de todos os ofícios encaminhados para
111discutir a questão da Sollus, para a negociação de nossa data-base, e não recebemos resposta. Numa
112reunião sobre PSF, em outro fórum, o Dr. NICOLAU estava presente e disse que iria nos receber e até
113hoje isto não aconteceu. Outro esclarecimento, e retorno que solicito, é sobre o que saiu no Diário Oficial
114do Município em 23 de janeiro, uma Comissão, nomeada pelo Prefeito Municipal, que trata da Carreira
115do Cargo de Médico da Administração Centralizada e Descentralizada. Hoje era para dar-se a resposta.
116Acreditamos no movimento dos trabalhadores do SUS, dos servidores da Saúde de Porto Alegre.
117Manifesta-se a Coordenadora MARIA LETICIA, lembrando a conselheira MARIA REJANE que, como
118esta é uma plenária extraordinária, e entendemos que não seria para hoje a resposta do Gestor. Todas as
119questões da plenária anterior serão encaminhadas para serem respondidas no dia 7 de maio. Manifesta-se
120a seguir o conselheiro JOSE CARLOS VIEIRA, solidarizando-se com a colega da Restinga, que falou
121das dificuldades, mas quero lembrar que não é somente na Restinga, que temos estes problemas. Se tu
122chegar em todas as Unidades de Saúde tu não vai saber quem é funcionário e quem não é funcionário.
123Somente dentista usa uniforme. Também tenho aqui documento da Prestação de Contas, do Orçamento
124Participativo apresentada recentemente onde nos temos uma verba de 300 mil reais destinada a Unidade
125de Saúde do Lami, que seria para a ampliação, mas queremos que se faça uma Unidade nova. Aparece
126como obra concluída. Também obra da Ponta Grossa concluída, do Belém Novo, também concluída. Obra
127do PSF Chapéu do Sol, em andamento. Nem licitação tem. Isso que gostaríamos de explicação. Na
128seqüência, fala o médico, HUMBERTO SCORZA, que inicia questionando ao representante do Gestor se
129já está sendo planejado alguma coisa em relação a Operação Inverno. No ano passado e retrasado não
130houve nada. Este Conselho aprovou a anos atrás, numa interlocução com o Gestor, Operação Inverno
131que trouxe menos hospitalização e outras melhorias, porque me preocupa pois a mídia mostra que está
132tudo as mil maravilhas, o que não é verdade. Responde-lhe o Senhor JAMES DA ROSA MARTINS
133informando que ontem houve uma reunião no Gabinete do Secretário da Saúde, para tratar-se do assunto.
134Não tenho a resposta do encaminhamento desta reunião e certamente virá para o conhecimento deste
135Conselho. Manifesta-se também a MARIA LETICIA, lembrando que em 2005 o conselho aprovou a
136Operação Inverno daquele ano, sem que nos apresentassem os custos. Foi um cheque em branco. Digo
137isso, pois muitas vezes o Conselho é acusado de não aprovar os encaminhamentos do Gestor. Quando há
138interesse da população, o Conselho aprova, mesmo sem saber sobre a origem dos recursos. Manifesta-se
139o conselheiro LAUDENIR do Sindicato dos Municipários reforçando a moção de apoio ao Conselheiro
140ALBERTO TERRES, pois atualmente, nesta administração da Prefeitura, existe uma das maiores
141perseguições aos trabalhadores. Não somente na Saúde. Campeia a perseguição política dentro da
142prefeitura. Na semana que vem temos uma reunião com o Gestor da Saúde para questionar alguns atos
143políticos de perseguição, aos nossos colegas sindicalistas. Quero solidarizar-me com a ELISIANE, pois
144não são somente os Agentes Comunitários que tem problemas. Hoje temos muitos colegas adoecendo,
145pois está havendo um descaso do Gestor com o servidor. Fala a seguir o Coordenador PEDRO RIBEIRO,
146do Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal, que se referindo ao assunto tratado da Restinga, diz ser
147importante ressaltar que é um lugar abandonado pois as pessoas foram levadas para lá e continua sendo
148tratado pelo Gestor Público como um lugar abandonado. Não é a toa que há pouco tempo estávamos
149discutindo sobre o implante intradérmico, onde se destacavam as adolescentes da Restinga e que hoje,
150conforme alguns relatos, tem adolescentes tirando com gilete o “chip”, pela ação inconseqüente do poder

151 público. Outra coisa também é que hoje, no país, estamos discutindo cada vez mais a falta de
152 transparência e falta de controle dos gastos públicos. Temos que dizer que gestão pública é pública, que
153 dinheiro público é público e tem de ser transparente. E uma pergunta que devemos fazer é quem defende
154 os trabalhadores do município? É a Procuradoria Geral do Município? Ou o Departamento Jurídico da
155 Secretaria da Saúde, onde nenhum dos seus integrantes têm compromisso, pois a maioria é Cargo de
156 Comissão. Estão aí para fazer política e daí não poderemos cobrar compromisso e nem conhecimento pois
157 são pessoas que estão fazendo propaganda política para o gestor de plantão. Penso que cabe ao Conselho
158 ou aos Sindicatos buscar uma resposta para isso. Manifesta-se o Senhor JAMES MARTINS DA ROSA,
159 que dirigindo-se ao PEDRO RIBEIRO, diz que os Cargos de Confiança não estão aqui para fazer isto que
160 tu falaste. Todos têm responsabilidade. São profissionais. Neste caso específico da GIOVANA acho que
161 houve um equívoco. A pessoa foi infeliz na resposta. Concordo com isso. Mas eles não estão aí para
162 fazer política e sim para trabalhar e desempenhar suas funções Jurídicas. Isto tem de ficar registrado pois
163 senão parece que todo mundo que é Cargo de Confiança está aí para carregar bandeira. Até acho que em
164 alguns lugares isto acontece. E a gente sabe que está acontecendo em muitos lugares deste país. E com
165 respeito à transparência, quando foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, isto
166 parece que acabou no Brasil, pois os gestores públicos, de qualquer instância, são obrigados a
167 disponibilizar todos os dados, de toda a ordem, em todos os lugares, como Tribunais de Contas. Não em
168 nada escondido. A Coordenadora MARIA LETICIA lembra ao JAMES que não é bem assim pois o
169 Conselho muitas vezes solicita dados, fazendo-o por escrito e demora muito para ser respondido. Desde o
170 ano passado, quando assumi o Conselho, solicitei a senha das contas do Banrisul e Banco do Brasil e que
171 até agora isto não foi disponibilizado. Mas continuando nossa plenária extraordinária, vamos entrar na
172 Pauta, que é discutirmos a Política de Saúde do Trabalhador. Lembrando que esta proposta de discutir
173 as Políticas é pelo fato de não estarmos tendo a Prestação de Contas, através dos Relatórios de Gestão.
174 Passa a falar então a Senhora ADRIANA SILVA TARRAGO CARVALHO, Coordenadora do Centro de
175 Referência da Saúde do Trabalhador de Porto Alegre. Quero iniciar lembrando que quando se fala de
176 Saúde do Trabalhador, nos três níveis de Governo, não podemos confundir com as questões trabalhistas. É
177 claro que as questões trabalhistas influenciam na Saúde do Trabalhador, mas não é o objetivo da Saúde do
178 Trabalhador que vem pela RENAST (Rede Nacional de Saúde do Trabalhador), que rege todas as metas e
179 ações que a Secretaria irá fazer em relação a Saúde do Trabalhador. O que será falado aqui é sobre a
180 Saúde em si, ou seja, os agravos, competência de intervenção, tratamentos na Saúde do Trabalhador. O
181 CEREST não entra nas Diretrizes Trabalhistas, pois a gente não pode, principalmente Porto Alegre. No
182 ano passado tivemos uma Plenária especial para explicarmos quais eram as funções do CEREST. Não
183 podemos atuar dentro das empresas e também dentro da Secretaria da Saúde, pois ela trata os seus
184 funcionários como se fosse uma Empresa. Há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Então vou
185 iniciar lembrando que aprovamos nosso Plano de Ação em Agosto de 2008. Ele na verdade é Bienal, ou
186 seja, 2008/2009. Irei apresentar o que aconteceu em um ano (**Relatório em anexo, ao Final desta Ata**).
187 Passa então a Senhora ADRIANA a descrever as **Metas Propostas e as Metas Atingidas**. Após a
188 apresentação a Coordenadora MARIA LETICIA encaminha as manifestações, que se inicia com a
189 Senhora TANIA FAILLACE, dizendo esta que vê nesta questão da Saúde do Trabalhador três itens
190 básicos. A Prevenção, com uma parte educativa e com a outra parte sobre o controle das condições de
191 trabalho e não sendo isto feito, está muito capenga. A responsabilização civil. E o Tratamento, que me
192 parece é o que está funcionando no CEREST. As outras duas partes estão prejudicadas. Outra coisa
193 importante que penso que deveríamos fazer é definir o que é trabalho, pois qualquer ocupação não pode
194 ser considerada de trabalho. A mendicância, hoje, é considerada trabalho? Quem é responsável pela
195 mendicância? Quem é que paga na questão do Morador de Rua? O Trabalho é algo socialmente útil. A
196 mendicância não é socialmente útil. Há alguma coisa articulada com a Delegacia Regional do Trabalho?
197 Prosseguindo fala a conselheira HELOISA ALENCAR, dizendo estar muito a vontade de dizer e em
198 cumprimentar o Conselho Municipal de Saúde pois penso que fizemos um movimento, tomamos uma
199 atitude que foi muito importante para melhorar o desempenho deste trabalho. Temos de fazer toda uma
200 auto-avaliação positiva de toda aquela pendenga que houve no ano passado, desde a questão do Plano

201que não gastava um tostão, até a questão que ainda não está resolvida, da CIST Municipal, que também
202cabe ao Conselho fazer auto-crítica. Fazer a reanimação deste espaço de Controle Social, que é a
203Comissão de Saúde do Trabalhador. Faço um encaminhamento com relação a nossa Comissão de
204Educação Permanente, que faz cursos de capacitação para conselheiros. Penso que este é um tema que
205ainda não entrou para o nosso currículo e penso que deve entrar, pois é muito importante para podermos
206fazer esta discussão, como a TANIA sugeriu, de como as pessoas entende este conceito de Trabalho. O
207usuário, o trabalhador em saúde. Então, proponho este encaminhamento para inserirmos este capítulo no
208nosso curso. Prosseguindo, manifesta-se o Senhor PEDRO RIBEIRO, que diz lembrar-se de quando as
209colegas vieram apresentar o Plano de Aplicação e discutíamos recursos. Então quando a gente vê a
210responsabilidade por uma parte, a de atuação de um CEREST, e que somente agora irão comprar um
211veículo, que foi uma discussão em relação ao Plano de Aplicação. Há dificuldade de comprar o carro já
212dentro da própria Prefeitura e da Secretaria. Ficamos pensando na dificuldade que tem para desenvolver o
213trabalho das colegas. Tem uma responsabilidade de atendimento de 50 municípios. Ficamos até receosos
214de levantar a quantidade de recursos que tem disponível pois de repente será Terceirizado. Manifesta-se o
215Conselheiro NEI CARVALHO, do Distrital Humaitá/Navegantes/Ilhas. Primeiro lembrar e frizar que
216estamos tratando Saúde do Trabalhador como um todo. De todos os trabalhadores. Lembro que a
217ADRIANA CARVALHO entrou em 2005, realizando um bom trabalho. Portanto, quando as pessoas tem
218continuidade no que executam, apresentam um bom trabalho. A HELOISA falou de algumas
219adequações que fizemos no ano passado. Lembro que a gente trabalhava, já em 2005 com a ADRIANA,
220sobre o Conselho Gestor. O recurso vinha para o Município de Porto Alegre. Ficava dentro do Fundo
221Municipal de Saúde. A ASSEPLA liberava os recursos, mas quem autorizava era o Conselho Gestor e o
222Conselho Municipal de Saúde aprovava o Plano de Aplicação e aprovava as contas também, já feitas.
223Pergunto para a ADRIANA porque que o Benzenismo não faz parte do processo inteiro? Se for, porque
224existe uma Comissão Nacional do Benzeno, que trabalha com isso. Não é somente dentro da COPESUL
225que se trabalha com Benzeno. No Vale do Sapateiro está morrendo gente não sabe porque morreu.
226Quando a se tratar a saúde do trabalhador na CIST, temos que ter alguns cuidados pois não podemos
227assinar embaixo de tudo o que vem do Ministério da Saúde. Cada município trabalha de um jeito. Cada
228município aplica o recurso como que lutávamos para que os Conselhos pudessem discutir o Plano de
229Aplicação e a deliberação dos recursos pudesse vir para o Plenária para sabermos, por exemplo, para
230onde as pessoas estavam indo e se realmente estavam indo. Manifesta-se o Conselheiro ALBERTO
231TERRES, que diz ter uma certa dificuldade de entender o que foi apresentado pois li o que está no Plano
232onde fala sobre ações, objetivos. Está muito bom, mas tem um problema. De que forma isto vai se
233efetivar? Como chegara lá na ponta? O que está no papel é estratosférico. No município, não acontece
234isso, lá no DEP, DMAE. Não tem quem fiscaliza. Esta questão da ADIN é uma ação da FIERGS para
235evitar que o CEREST faça a fiscalização nos locais de trabalho. Existe algum mandato de segurança
236contra esta ADIN? É-lhe informado que a mesma já foi julgada, em definitivo. Manifesta-se a seguir o
237Conselheiro OSCAR PANIZ, que concorda com o NEI e a HELOISA, de eu as coisas evoluíram e
238pergunto a vocês, ADRIANA, se estão conseguindo trabalhar melhor, com mais autonomia? Continuo
239percebendo que muitas pessoas não entendem qual é o papel do CEREST. Temos muita gente jovem que
240não está se dando conta da importância deste tema da Saúde do Trabalhador. Da dificuldade da
241constituição de nossa Comissão de Saúde do Trabalhador. Temos feito o possível em contactar com as
242diversas categorias, para por em funcionamento a Comissão. O próprio Conselho Gestor do CEREST já
243se desfez novamente. Retoma a palavra a coordenadora MARIA LETICIA que encaminha à Senhora
244ADRIANA CARVALHO para que responda aos questionamentos.. Inicia esta referindo-se ao chamado
245“Trabalho Infantil”, que as pessoas em sua maioria, não tem conhecimento de que seja isto. Do que se
246considera Trabalho Infantil. Isto não é muito de domínio público, inclusive entre nós, profissionais em
247saúde. Nisso em que o Ministério da Saúde elencou como uma das Notificações Compulsórias, de
248agravos de acidentes com crianças e adolescentes é Notificação Compulsória, assim como uma
249pneumocorneose,(?????) como uma lerdot. O Ministério da Saúde acha que na Saúde do Trabalhador se
250teve este avanço, de reconhecimento à questão do Trabalho Infantil. E é muito pertinente a proposta da

251HELOISA, pois existe um grande desconhecimento em relação ao tema Na questão da mendicância, que
 252a senhora TANIA falou, se formos pegar todas as formas de trabalho infantil, diria que o trabalho de rua
 253é um trabalho que consideramos a expressão maior da pobreza, porque quem está na rua é excluído de
 254tudo. Se a criança está na rua trabalhando é porque a pobreza é muito grande. Porque os pais acabam
 255usando esta mão de obra, para complementar a renda da família. Na questão do trabalho infantil se não
 256possibilitamos que as crianças sejam inseridas na educação, o que irá acontecer? Irá se perpetuar a
 257miséria. Ela se tornará um pai ou uma mãe que somente aprendeu a fazer aquilo e não numa outra
 258lógica. A questão da fiscalização que não funciona, na realidade temos esta ADIN. Nos outros Centros
 259de Referência que foram instalados no Brasil inteiro, já se trabalha como uma lógica de Vigilância em
 260Saúde. A Saúde do Trabalhador trabalha com todas as Vigilâncias. O nosso Serviço existe desde 1992. A
 261nossa fiscalização é feita com trabalho em Rede. Isto se conseguirmos as parcerias nas outras
 262instituições. Se conseguirmos chamar a DRT, acabamos fazendo. A Delegacia Regional do Trabalho não
 263tem gente suficiente. Não tem pernas. Esta questão da ADIN, quem na verdade tem força para mudar é a
 264população, é o Conselho. Se criarmos um movimento nos sindicatos, nos conselhos de saúde, pressão
 265popular, conseguiremos. E também somente com a Educação mudaremos a Saúde. Os nossos recursos
 266humanos são muito poucos e com isso temos de trabalhar bastante. Sobre o Plano de Aplicação,
 267poderemos marcar uma data para virmos ao Conselho e apresentá-lo. Agradeço a todos os Conselheiros e
 268estamos a disposição. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, e registra aos conselheiros que para
 269esta Plenária foram convidados todos os membros da Comissão de Saúde do Trabalhador do Conselho
 270Municipal de Saúde. Durante o ano de 2008 tentamos, em três oportunidades, convidar estes membros,
 271para a reorganização da Comissão, e isto não foi possível. Este ano também fizemos convocações e
 272apenas uma ou duas pessoas compareceram, em situações diferentes. Então, nossa idéia era de hoje
 273chamar esta Comissão, para acompanhar a Prestação de Contas e assim reativá-la. E foi o que fizemos.
 274Mas, infelizmente, não houve o comparecimento esperado. Faremos um novo chamamento, para tentar
 275mobilizar os trabalhadores sobre o Tema. Sendo assim, nada mais havendo a tratar, as 20:45 horas,
 276encerramos a Plenária de hoje, sendo lavrada a presente Ata.

277

278

279 MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA

OSCAR RISSIERI PANIZ

280 Coordenadora da Plenária

Secretário

281

282

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

283

SAÚDE DO TRABALHADOR - CEREST-REGIONAL/POA

284

(PLANO DE AÇÃO APROVADO PELO CMS EM JULHO DE 2008)

METAS PROPOSTAS	METAS ATINGIDAS	OBSER PROBL
Assistência e Reabilitação em Saúde do Trabalhador -Prestar assistência especializada e diagnóstico de agravos relacionados ao trabalho a 100-% da demanda referenciada ao CEREST -Estabelecer nexos causais de pelo menos 300 pacientes/ano em agravos relacionados ao trabalho	-Atendimento à demanda referenciada: 100% dos usuários referenciados pelas UBSs, PSFs e Sindicatos; -Estabelecimento de Nexo Causal em ST: 380 pacientes do CEREST -Atendimentos em Medicina do Trabalho no CEREST: 7680 atendimentos -Atendimentos em Acupuntura: 240 atendimentos -Grupos Terapêuticos: 120 usuários atendidos -Fisioterapia: 2100 atendimentos em fisioterapia -Atendimentos individuais em outras especialidades(psicologia, terapia ocupacional, serviço social e enfermagem); 740 atendimentos	- No Cerest médico acup que realiza atendimento O CEREST prioridade a prevenção e capacitação POA e região sendo um dos CERESTs e CERESTs de atendimento

		suas prioridades
<p>2. Vigilância em Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pactuação na PPI de 300 casos notificados em ST; - Implantar e desenvolver 04 Unidades Sentinela em ST em POA; - Atingir 15% dos municípios da região notificando em ST; - Atingir 15% da rede e serviços de POA notificando em ST; - Ações de orientações e educativas para prevenção em ST em 30% da região de abrangência -- Realizar Visitas Técnicas de Assessoria à 15% dos municípios de abrangência do CEREST - Estabelecer em conjunto com municípios o responsável pela ST em cada local e ações prioritárias, em pelo menos, 10% dos mesmos - Realizar mapeamento da região em relação aos processos produtivos em pelo menos 20% da região; 	<ul style="list-style-type: none"> - N° de notificações em ST em 2008: 400 notificações; - Estabelecimento de 02 Unidades Sentinela: HCPA e CEREST; - Estabelecimento de 60% dos municípios notificando em ST; - Estabelecimento de 20% da rede e serviços de POA notificando em ST; - Capacitações, palestras, encontros com gestores e Controle social, ações com sindicatos para prevenção: ações realizadas com abrangência de 60% dos municípios - O CEREST é Membro da Coordenação da FEPETI/RS (Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente do RS) e da COMPETI(Comissão Municipal do Programa de Erradicação do TI) - Realizadas 27 Visitas Técnicas, totalizando 54% de abrangência alcançada em 2008, sendo que desde 2006 foram 96 Visitas de assessoria e planejamento nos municípios; - Municípios que estabeleceram responsável pela ST e ações na área após assessoria do CEREST: 30% dos municípios - Mapeamento de 80% dos processos produtivos da região de abrangência 	<ul style="list-style-type: none"> - O CEREST está impedido de trabalho de vigilância de trabalho desde a criação do ADIN (Ação Inconstitucional) realizando o trabalho técnico e outras instituições como a DRTE e a Vigilância de Trabalho dos municípios. - O trabalho de vigilância estabelecido não é adequado e as notificações demoram um longo período de conscientização dos profissionais e da importância desta notificação. - O carro do CEREST para os municípios não está em uso para uso em andamento, o carro que estava em andamento foi doado para o CMS em julho.

<p>3.Educação e Comunicação em Saúde do Trabalhador</p> <ul style="list-style-type: none"> -Atingir 15% da rede SUS da região com capacitações e ações educativas em ST; - Realização de, no mínimo 02 evento/anos de capacitação em ST voltados aos profissionais da rede de serviços SUS; - Realização de, no mínimo 02 eventos de divulgação e educativo para a comunidade e trabalhadores; -Início do estabelecimento e divulgação dos Protocolos em ST , para atendimento dos trabalhadores na rede básica de saúde - Ser campo de estágio na área de ST para , pelo menos 02 áreas profissionais - Fortalecer Controle Social em ST e CEREST no ano de 2008 	<ul style="list-style-type: none"> -Profissionais da rede SUS da região atingida: 20% nas ações de capacitações e educativas; -Realizados de 03 eventos educativos e de capacitação para profissionais da rede; -Realizados 03 eventos de divulgação e educativos para trabalhadores e comunidade; - Realizadas 02 Sensibilizações em Saúde do trabalhador (01 em POA e outra na região- em Osório); -Realizados 20 encontros de Oficina Literária com usuários da ST e Saúde Mental de POA(que resultou no Livro que o CEREST lançará em 2009); -Realizadas 08 atividades específicas para a rede sobre agravos es ST(agrotóxicos;trabalho infantil, LER/DORT e pneumoconioses); -Realizados encontros continuados da “Oficina Saúde Mental e Trabalho” voltadas ao “cuidadores”(profissionais da rede): 10 encontros/ano - Número de Estagiários em atividade no Serviço em 2008: 06 estagiários(01 Medicina do trabalho, 02 Psicologia, 01 auxiliar administrativo e 02 de terapia Ocupacional) - Reorganização da CIST Municipal e encontros periódicos com Conselho Gestor e CMS 	<ul style="list-style-type: none"> - Há alguns área, como a disponibiliza profissionais participação - O tema ST novo e sofre profissionais trabalham e área; - A demora trâmites bur realização d contratação as ações edu
--	---	--

285
286
287
288
289
290
291
292
293

Adriana Silva Tarragô Carvalho
Coordenadora do CEREST-Regional/POA
Matrícula 483026-01